FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado em 11/08/2022 - 05:59

Sociedade civil se une por democracia

FOLHA EXPLICA

Por que ameaça à democracia afeta economia e negócios

Pesquisas apontam que modelo participativo estimula investimentos e reformas e tende a gerar mais riqueza

Daniela Arcanjo
SÃO PAULO

A discussão ressurge periodicamente: regimes autoritários são positivos para a economia de um país?

Em 1999, em artigo no conceituado Journal of Democracy, o Nobel de Economia Amartya Kumar Sen apontou a ascensão da democracia no mundo como o acontecimento mais importante do século 20.

"Não há nenhuma evidência geral convincente de que governanças autoritárias e supressão de direitos políticos e civis sejam benéficas para o desenvolvimento econômico", escreveu o professor de Harvard.

Desde então, a China emergiu como potência rival dos EUA, e países autoritários no Oriente Médio se transformaram em poucos anos com o aumento exponencial de suas riquezas, requentando o debate.

Mais recentemente, a onda populista em nações estáveis engrossou o caldo da discussão. Estudos das últimas três décadas se dividem entre duas conclusões: 1) regimes autoritários e democráticos teriam uma performance parecida na economia; 2) democracias se saem melhor no desempenho econômico.

Entre as conclusões desses levantamentos está a de que as características de um modelo participativo tenderiam a gerar mais riqueza — e mais distribuição de renda.

*

Regimes democráticos são positivos para a economia?
Diferentes estudos apontam que sim. Um deles, publicado em 2019 por pesquisadores das Universidades de Chicago, Boston, Columbia e MIT, acompanhou 175 países entre 1960 e 2010.

De acordo com a pesquisa, um país que escolhe a democracia pode obter um incremento do PIB per capita até 20% acima do de uma nação autocrática em um período de 25 anos. As descobertas sugerem que a democracia "contribui para o crescimento aumentando investimentos, encorajando reformas econômicas, melhorando a educação e a saúde e reduzindo a agitação social". Segundo os resultados, o crescimento independe do nível inicial de desenvolvimento econômico.

O que explica essa relação?
Economia é troca e precisa de laços sociais, afirma o cientista político Josué Medeiros, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. "O mercado não é só uma relação monetária na qual um paga e outro recebe, como se as pessoas não se relacionassem", diz o pesquisador. "Em um país em guerra civil, por exemplo, a economia vai para o buraco porque você não tem mais nem como conversar."

Se em um primeiro momento a repressão pode dar a sensação de estabilidade, as chances de os grupos de um país se radicalizarem são grandes. No longo prazo, democracias tendem a ser mais pacíficas porque internalizam os conflitos da sociedade, propondo caminhos institucionais a eles.

Em contrapartida, governos autoritários reprimem. "Você produz um potencial de escalada de violência que acaba com qualquer tipo de previsibilidade, estabilidade e laço social", afirma Medeiros.

Por que a democracia atrai negócios?
Estabilidade e previsibilidade são palavras-chave para negócios e a razão pela qual arroubos autoritários, em geral, precedem abalos nos mercados. Para Ricardo Jacomassi, responsável pelas análises da empresa de investimentos TCP Partners, "quanto menos ruído houver, melhor para os investimentos".

"O ambiente democrático incentiva o investimento privado. Quando a gente compara, vê o quão benéfico é ter um ambiente de competitividade, em que as regras são claras e não serão mudadas por uma caneta."

No caso do Brasil, uma ruptura institucional teria potencial para fazer um grande estrago, considerando a dependência que o país tem de exportações e de investimentos e tecnologia de fora. "É impensável fazer grandes investimentos em infraestrutura, energia e petróleo, por exemplo, se a gente não tiver esses capitais presentes", afirma o economista Clemens Nunes, professor de economia na FGV-SP.

Embora ocorram investimentos privados em ditaduras, Nunes diz que esse nunca é um quadro confortável para as empresas. "Um autocrata pode ser substituído, e você então perde a situação vantajosa que tinha."

A democracia pode diminuir a desigualdade econômica?
No terreno dos índices de desigualdade, pobreza e escolaridade, há forte consenso entre pesquisadores: a democracia é o melhor regime para aperfeiçoá-los. A liberdade de se organizar, fazer protestos e fundar partidos para pleitear demandas é um dos motivos para regimes democráticos despontarem na frente.

"Numa ditadura, o fórum de reclamações fica muito restrito. Instituições mais próximas da sociedade ficam congeladas em detrimento de uma elite política centralizadora", afirma Carolina Botelho, professora de ciência política da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

A transparência também é importante. Pesquisas que mostrem bolsões de pobreza, desigualdade de gênero e problemas na saúde pública são centrais para a formulação de políticas públicas, mas podem arranhar a imagem do líder do momento — e serem proibidas ou manipuladas por governos autoritários.

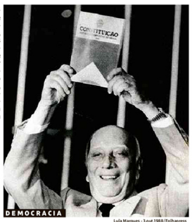
Por que há países autoritários com economias pujantes?
O fato de democracias terem tendência a um crescimento econômico maior não elimina a existência de bons desempenhos em ditaduras, mas tampouco há evidências de que o sucesso dessas nações se deva ao autoritarismo. O caso da China, por exemplo, pode estar relacionado a uma conjuntura regional.

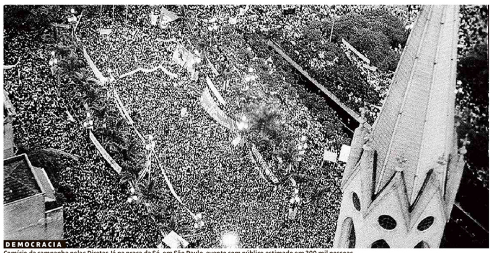
"Há países que tiveram uma década de crescimento muito rápido, mas o tipo de crescimento transformacional, de dois dígitos por mais de duas décadas, basicamente só ocorreu no leste da Ásia", diz Nicolas van de Walle, professor da Universidade Cornell e especialista em democratização.

O simples fato de não poder trocar de governante, por si só, é um ponto negativo de ditaduras para a economia, segundo Walle. "Você não pode se livrar de um líder ruim", afirma. "Há muitas evidências de ditadores que foram bons nos primeiros quatro ou cinco anos e depois pioraram progressivamente."

DITADURA
Carro da estilista Zuzu Angel destruído; a Comissão da Verdade apresentou a foto como prova de que a morte não foi acidental, mas causada pela ditadura Otávio Magalhães - 14.abr.1976/Agência O Globo

DEMOCRACIA
Pomba pousa sobre faixa durante ato em favor da anistia a exilados e presos políticos, na praça da Sé, na região central da cidade de São Paulo Jorge Araújo - 21.ago.1979/Folhapress


DEMOCRACIA
O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ergue exemplar da Constituição de 1988, no plenário do Congresso, em Brasília Lula Marques - 3.out.1988/Folhapress


DEMOCRACIA
Comício da campanha pelas Diretas Já na praça da Sé, em São Paulo, evento com público estimado em 300 mil pessoas Fernando Santos - 25.jan.1984/Folhapress

ECONOMIA

Fim do milagre marcou conjuntura econômica em 1977

Constituição do período da ditadura militar também não garantia rede de proteção social à população brasileira

Eduardo Cucolo
SÃO PAULO

Uma economia em marcha forçada. Era dessa forma que, em 1977, o governo do general Ernesto Geisel tentava manter o crescimento do país, quatro anos após o primeiro choque do petróleo colocar fim ao chamado "milagre econômico".

O Brasil da "Carta aos Brasileiros", o manifesto da época pela democracia, era um país mais desigual, com acesso restrito a serviços públicos de educação e saúde e sem uma ampla rede de proteção social.

A alta dos preços corroía o poder de compra, com inflação que chegaria a 40% naquele ano. Era o início de um processo de aceleração para a hiperinflação que só seria interrompido, definitivamente, com o Plano Real, em 1994.

Dos 112 milhões de habitantes, cerca de 100 milhões a menos do que o estimado atualmente, uma grande parcela ainda vivia no campo.

Para manter a economia em marcha, o principal instrumento do governo era um programa estatal de grandes obras de infraestrutura, subsídios à indústria e substituição de importações, financiado com muito endividamento externo, o 2º PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

Parte do objetivo seria alcançado. Depois de crescer a uma taxa média de 10% ao ano de 1968 a 1976, a economia do país teve um avanço anual de 6,5% nos quatro anos seguintes.

Era a transição entre o milagre e o período de recessão que viria após uma nova virada na economia mundial. O choque do petróleo de 1979 trouxe uma onda global inflacionária, seguida pela abrupta elevação dos juros nos EUA e a quebradeira dos endividados países latino-americanos. Entre eles, o Brasil, que entrou em recessão nos últimos anos da ditadura militar.

O barril de petróleo passou de US$ 2,48 para US$ 13,60 após o primeiro choque, e para mais de US$ 30, após o segundo. Os juros nos EUA chegaram a 16% ao ano no início dos anos 1980. "O desastre que foi a década de 1980 e o começo da década de 1990 está muito ligado às escolhas de políticas públicas feitas naquele período", afirma Mauro Rodrigues, professor da FEA (Faculdade de Economia e Administração da USP) e membro da equipe do porque.com.br.

> "O desastre que foi a década de 1980 e o começo da década de 1990 está muito ligado às escolhas de políticas públicas feitas naquele período
> **Mauro Rodrigues**
> professor da FEA-USP

Como muitos economistas, ele pondera que é impossível saber o que teria ocorrido com o Brasil se o governo tivesse optado por uma política de austeridade em vez de buscar o crescimento econômico.

Carla Beni, economista e professora de MBAs da FGV (Fundação Getulio Vargas), afirma que o crescimento financiado pelo endividamento em moeda forte cobrou um preço elevado do país nos anos seguintes, mas que o governo atingiu alguns objetivos, como o fortalecimento das indústrias de base e a redução da dependência do petróleo.

Ela vê um paralelo entre a situação econômica em 1977 e 2022: alta de preços da energia, disparada da inflação, alta de juros nos EUA e desaceleração das grandes economias. Mas afirma que as questões que envolvem os manifestos nas duas épocas são muito mais políticas do que econômicas.

"A gente não está tendo esse manifesto porque a inflação subiu. A defesa do Estado democrático de Direito é mais ampla e profunda do que as questões econômicas. Essa carta tem a função de chamar a atenção da população para o respeito ao resultado das urnas."

A economista afirma que uma diferença importante entre os dois momentos são os direitos garantidos pela Constituição de 1988, que substituiu a Carta outorgada durante a ditadura. Mauro Rodrigues, professor da FEA, também destaca esse ponto. "O país era mais desigual, e o acesso a serviços públicos, como saúde e educação, não era para todo mundo. Isso veio com a Constituição de 1988."

DIVERSIDADE

Debate sobre democracia incorporou luta antirracismo, marca de manifesto de 2022

Angela Pinho

SÃO PAULO O lugar é o mesmo, e a inspiração, também. Mas o significado da palavra democracia no debate público se ampliou consideravelmente entre a carta em defesa do Estado de Direito de 1977 e a de 2022.

A reivindicação da soberania da vontade popular permanece e está na raiz dos dois textos, mas o atual deixa claro que o mero respeito ao voto não basta. Articulada por nomes do mundo jurídico e já endossada por mais de 870 mil signatários, a carta que reage às investidas golpistas do presidente Jair Bolsonaro (PL) destaca também a agenda contra a desigualdade.

"Nossa democracia cresceu e amadureceu, mas muito ainda há de ser feito", diz o texto. "Pleitos por maior respeito e igualdade de condições em matéria de raça, gênero e orientação sexual ainda estão longe de ser atendidos com a devida plenitude."

A cerimônia também deve ter um perfil mais diverso, com falas de pelo menos duas mulheres negras: a presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Bruna Brelaz, 27, e a presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, Manuela de Morais Ramos, 19.

A presença de mulheres negras nas duas entidades é recente. Em 2021, Bruna se tornou a primeira mulher negra eleita para presidir a UNE nos mais de 80 anos da organização. Manuela é a segunda líder da agremiação estudantil que completa 119 anos. A primeira foi Letícia Chagas, em 2019.

Manuela deve incluir a pauta antirracista em sua fala. "A população negra é mais da metade do país, mas não vê essa representação nos espaços de poder", afirma. "A gente ainda tem no Brasil uma política muito familiar, de pessoas que chegaram a algum lugar porque o pai ou o avô estiveram lá."

Na própria faculdade, ainda falta representatividade, ressalta ela. A bibliografia dos cursos, diz, praticamente só tem homens brancos.

A desigualdade também está marcada pela profusão de salas com quadros e espaços com nomes de homens brancos, com exceções conquistadas após movimentos de estudantes e professores. A mais recente delas é a inauguração do anfiteatro José Rubino de Oliveira, primeiro professor negro da faculdade.

Sinal dos tempos em uma USP cujo perfil, desde a implementação das cotas raciais, em 2018, mudou consideravelmente. Em pouco mais de cinco anos, a proporção de ingressantes autodeclarados pretos e pardos na universidade cresceu de 17% para 25%.

Também recente é a incorporação da pauta antirracista como agenda obrigatória de governos, instituições e empresas, afirma a historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, autora de "Sobre o Autoritarismo Brasileiro".

Ela ressalta que os movimentos negros sempre atuaram nesse sentido. Mas a ideia de que não basta não ser racista, é preciso combater o racismo, entrou no debate público de vez após os protestos motivados pelo assassinato de George Floyd nos EUA, em maio de 2020, asfixiado por um policial.

Schwarcz acrescenta que o regime militar e o mito da democracia racial fizeram o país entrar tarde na agenda por direitos civis. O combate à ditadura, nesse sentido, foi colocado como uma prioridade em detrimento de outras causas.

De fato, o direito à igualdade perante a lei é citado na carta de 1977 sem destacar especificamente o aspecto racial, e em conjunto com outros direitos, como a propriedade, a inviolabilidade do domicílio e o de não sofrer tortura.

Embora a luta contra o racismo tenha ganhado terreno no debate público, ainda há um longo caminho a percorrer. Isso é visível não só nos dados socioeconômicos, mas também no aspecto mais comumente associado à democracia: a representação política.

Estudo recente dos economistas Sergio Firpo, Michael França, Alysson Portella e Rafael Tavares, do Insper, mostra que o percentual de pretos e pardos entre deputados é muito menor do que seu peso na população em todos os estados.

Em artigo, eles citam a importância da representatividade para melhorar a qualidade da democracia, ao aumentar a chance de implementação de medidas concretas. "Grupos que não possuem representação política adequada com o seu tamanho dificilmente serão capazes de colocar pautas de seu interesse como prioritárias", escrevem.

> [...]
> A cerimônia também deve ter um perfil mais diverso, com falas de pelo menos duas mulheres negras: a presidente da UNE e a presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cartas Pela Democracia **Pagina:** 6 e 7

Copyright © Clipclap 2025.